

ATA N.º 53

Ao sétimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas dezanove horas, reuniu a Assembleia Geral da Associação de Jovens Ecos Urbanos, em sessão ordinária, no Auditório da Casa das Associações sito na Avenida Dr. Renato Araújo, nº 441, 1º Piso, 3700-244 São João da Madeira, convocada pelo Presidente da Mesa, onde estavam presentes nove associados/as, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Discussão e votação da Ata nº 52 da Assembleia Geral Ordinária anterior;
2. Deliberar sobre a proposta do Plano de Ação para 2023;
3. Deliberar sobre a proposta do Orçamento Previsional para 2023 e respetivo Parecer do Conselho Fiscal;
4. Outros assuntos de interesse.

O Presidente da Mesa, Paulo Cavaleiro, principiou a sessão com a discussão da ata da última assembleia, disponibilizada anteriormente a todos(as) associados(as), sem que ninguém se pronunciasse, procedendo-se à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Logo se passou para o ponto dois, com a apresentação do Relatório de Atividades pelo Diretor Técnico, Carlos Silva. Começou por dizer que o documento está disponível no site institucional, e o mesmo foi disponibilizado via e-mail a todos(as) os(as) associados(as) previamente.

O Diretor Técnico, principiou com a informação que o Plano de Atividades deste ano é diferente em relação a todos os anteriores, uma vez que devido à transferência de competências da Segurança Social para as autarquias locais, concretizado em S. João da Madeira no passado dia 01 de julho de 2022, fez com que a associação incorpore-se uma outra resposta, SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social S. João da Madeira, num Protocolo assinado com a Câmara Municipal de S. João da Madeira, tendo este novo serviço um impacto na dinâmica de trabalho da associação. Paralelamente estamos também num processo de revisão do Acordo da resposta social de Centro Comunitário com O Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro. Assim sendo, temos um Plano de Atividades que representa a Associação, o SAAS SJM (Equipa Ecos Urbanos), e o plano do Centro Comunitário que foi apresentado à Segurança Social que ainda não temos resposta.

O Presidente da Direção, Rita Pereira, deu nota que o plano do Centro Comunitário foi apresentado à Segurança Social de Aveiro, foi acolhido e a mesma já enviou um Parecer aos Serviços Centrais, agora o que aguardamos é o contacto de Lisboa com as orientações ou a possibilidade de negociação das suas propostas.

O Diretor Técnico, referiu que a diferença é que o Centro Comunitário deixará de ter uma intervenção sectorial e passará a ter um trabalho realizado em todo o concelho de S. João da Madeira, com especial atenção para a população com vulnerabilidade económica/social.

O Presidente da Mesa, questionou se sobre as transferências de competências adiadas se não nos afeta? A Rita Pereira, disse que não, é para as autarquias que ainda não tem acordo, foi adiado para meados ano.

Novamente o Presidente da Mesa, questionou se teremos as mesmas condições que as autarquias que negociarão nesse período?

A Presidente da Direção respondeu que é suposto termos as mesmas condições se não os antigos, como é o nosso caso, terão de ser negociados de forma a ficar tudo igualitário, contudo isto é muito subjetivo pois dependerá de número de processos que cada concelho.

O Presidente da Mesa, voltou a perguntar se o Centro Comunitário no concelho antes era dividido entre associação e a Santa Casa?

O Diretor técnico respondeu que há dois centros comunitários o nosso e da Santa Casa em que cada um tinha uma zona geográfica de intervenção, e agora não sabemos como irá ficar, apenas sabemos que o nosso será para a comunidade de S. João da Madeira enquanto concelho.

A Rita Pereira, acrescentou que a única perceção que a Direção teve na reunião com a Segurança Social foi que a nossa proposta de Centro Comunitário apresentada para o território de S. João da Madeira tinha atividades diferenciadas. Foi também questionado porque tínhamos uma grande parte das atividades vocacionadas para juventude tendo sido respondido que fazia tudo o sentido porque somos a única entidade que dá essa resposta na cidade e porque não iríamos sobrepor com atividades que outras organizações já fazem, de forma a complementar e não colidir.

O Presidente da Mesa, questionou se esta competência será transferida para município?

A Rita Pereira, respondeu que não, manter-se-á nos serviços da Segurança Social.

O Diretor Técnico referiu que a equipa do SAAS SJM – Equipa Ecos Urbanos tem afetas 2 técnicas e 1 Ajudante Ação Direta e a outra entidade tem 2 técnicas e 2 Ajudantes Ação Direta. Na última reunião que a Direção teve com o município já manifestou a necessidade de igualar e rever as equipas porque o número de processos que temos é enorme e número de elementos da equipa não são suficientes. O critério que na altura da negociação usado para que a outra entidade tivesse mais 1 elemento na equipa é que fazia acompanhamento a famílias de etnia cigana, no entanto nesta reunião fizemos ver que também a nossa equipa trabalha com famílias ciganas, pelo que pedimos a revisão acordo porque não há diferença nem no rácio processos acompanhados nem em comunidades consideradas de especial intervenção.

O Presidente da Mesa, questionou se a verba acordada com município é suficiente?

O Diretor técnico informou que a verba recebida dá para suportar os recursos humanos afetos exclusivamente para o serviço SAAS SJM. Aliás o trabalho que existe é muito superior à capacidade de resposta. Neste momento não se está a fazer acompanhamento social, está-se a intervir em situações de emergência, faz-se o atendimento, diligências, propostas de apoios económicos. Para vosso conhecimento há um acréscimo de situações de sem-abrigo, sem respostas por parte da comunidade, porque não há quartos, não há pensão disponíveis.

O Presidente da Mesa, perguntou se está melhor ou pior com este processo?

O Diretor técnico disse que está pior, pois pretende-se fazer mais trabalho com menos recursos. E acrescentou que antes as equipas do protocolo RSI tinham afetas 2 técnicas e 3 ajudantes familiares para acompanhamento 100 processos. Neste momento o serviço SAAS SJM – Equipa Ecos Urbanos tem 300 processos para 2 técnicas e 1 ajudante direta.

A Rita Pereira referiu que está situação tem vindo agravar-se porque temos recebido em média 10 novos processos por semana, com previsão de aumento por causa da situação económica financeira do país e por parte da população emigrante.

O Presidente da Mesa, questionou se está prevista atualização salarial desta equipa de acordo função pública? A resposta foi: Não.

O Diretor Técnico acrescentou que o valor que foi disponibilizado pelo município para outros gastos, representa uma média de 260€/mês, é considerado um valor residual para todas as outras despesas associadas.

Em resumo este serviço não beneficiou à associação pois o apoio não abrange de todo a totalidade dos custos associados, quer apoio administrativo, quer serviço de limpeza, a utilização do transporte, e outros equipamentos da associação. O associado Luis Quintino disse que o grau de cobertura do funcionamento do serviço está abaixo dos 100%, questionado se a entidade Ecos Urbanos tem a obrigação de encontrar valores para compensar

essa diferença. O Presidente da Mesa, sugere que a Direção deverá negociar com o município, uma vez que o processo ainda está em aberto de forma a melhorar as condições da associação, pois poderá até avaliar que o serviço não é sustentável financeiramente. Procurando melhores condições para o trabalho realizado e mais verba disponível.

De seguida, o Diretor Técnico, iniciou a apresentação do Plano de Atividades 2022; lembrou que a associação é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), é uma Pessoa Coletiva de Utilidade Pública de acordo com a resposta social de Centro Comunitário e tem também equiparação a associação de carácter juvenil atribuída pela Secretaria de Estado da Juventude e Desporto.

Este plano de ação continua com algumas incertezas, mas focado no objetivo de manter a dinâmica em diferentes vertentes, baseada numa política orçamental de rigor e na necessidade de diversificar fontes de financiamento.

Com uma nova configuração, começamos pelas atividades associadas aos **Ecos Urbanos**;

- Jantar 25 anos
- Comemorações Aniversário
- Livro 25 anos
- Site, Redes Sociais, Newsletter
- Dinamização de Ações de Formação
- Apoio na Gestão Auditório
- Candidaturas a Programas Locais, Nacionais, Comunitários
- Campanha Ecos de Futuro
- Campanha Ecos Digitais
- Campanha IRS
- Campanha Associados Atualiza-te
- Cidade no Jardim
- Recursos Humanos – Formação contínua e capacitação
- EAPN Portugal
- FAJDA – Federação das Associações Juvenis do Distrito de Aveiro

- **SAAS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de S. João da Madeira**

Protocolo com o município de 01 de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, equipa constituída por 2 técnicas de intervenção social e 1 Ajudante de Ação Direta, intervém na zona este do concelho. Foi pedido um reforço da equipa com mais 1 Ajudante de Ação Direta.

- Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
- Contratualização no Âmbito da Intervenção Social
- Articulação com Diferentes Serviços
- Atribuição de Prestações de Carácter Eventual
- Elaboração dos Processos Chave da Resposta

- **Centro Comunitário ECOS URBANOS;**

Aguarda a celebração de acordo com a Segurança Social, com necessidade de reforço técnico, com de 2 novas pessoas para concretizar o plano proposto e tem a intervenção em todo o concelho, com a promoção de atividades e desenvolvimento de projetos:

Eixo I – Inclusão Social

- Apoio Alimentar
- Banco de Roupas, Material e Equipamento Diverso
- H(à) Mão
- Cultura Conjunta
- Cultura Para Todos(as)
- + Justiça

- Cuidados de Higiene e Tratamento de Roupas
- Ocupação dos Tempos Livres (Verão nos Ecos Julho e Agosto)
- Oficinas de Dança Criativa, Defesa Pessoal, Música, Expressões, Emoções
- Cartas ao Pai Natal
- Cabazes de Natal
- Festa do Centro Comunitário
- Lugares de Encontro – projeto a decorrer até setembro de 2023, com famílias monoparentais

Eixo II – Desenvolvimento Pessoal, Social e Cultural

- Gabinete de Ideias Primas
- Apoio ao/à Jovem
- Familiarte
- Semana da Juventude
- Mediação Jovem / Autarquia de Bairro
- Conversas com ECO
- Oficina de Artistas
- Alinha-te
- Banco Local de Voluntariado

Eixo III – Educação, Formação e Emprego

- Saber +
- OTL Longa Duração
- Espaço Emprego +
- Estágios Curriculares

Eixo IV – Prevenção

- Mapa Mediação e Apoio Pedagógico
- DAL (De Antenas Ligadas)
- PONTO.PARENTAL

Eixo V – Redes Comunitárias

- Poesia à Mesa
- Campanha Apadrinhe esta Ideia
- Conselho Municipal da Juventude
- Integrar com a DGRSP
- Banco Alimentar Contra a Fome
- CPCJ -- Plano Promoção e Proteção – Presença na Comissão Alargada
- NPISA (Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo)
- Grupo de Trabalho do Banco de Recursos
- Rede Social (Núcleo Executivo)
- Jantar de Solidariedade
- Party Sleep Repeat
- Fruta Social

De seguida o Presidente da Mesa, sugeriu avançarmos para o ponto três, da ordem de trabalho, retomando a palavra, o Diretor Técnico, iniciou a apresentação do Orçamento Previsional para 2023, com a verba destinada à Segurança Social que poderá ter um grande impacto no orçamento final, pois continuamos a receber o mesmo valor mensal até avaliação da proposta de revisão de Acordo do Centro Comunitário, não sabemos se teremos de devolver a parte referente às 2 técnicas agora afetas SAAS SJM, contudo à associação está a pôr de lado mensalmente a percentagem das mesmas para salvaguardar essa situação no futuro.

Dos proveitos ressaltou as verbas proveniente do Município de S. João da Madeira com valores 62.000€ do protocolo SAAS e 36.500€ apoio anual e atividades como anos anteriores, da Fundação Calouste Gulbenkian do Projeto Lugares de Encontro, em que os cálculos foram realizados de acordo com valores de especialização do exercício no valor de 28.172,22€. A

verba do Centro de Emprego e Formação Profissional de Rio Meão em que a associação é prestadora de serviços apresenta uma projeção de 11.560€. A sub-rubrica Donativos tem refletido o valor de 7.800€, no entanto o objetivo diversificar as fontes de financiamento; a verba quotas de sócios prevê um de valor 1.400€ com o lançamento da campanha de fidelização de associados/as e novos/as associados/as, quanto à verba proveniente do IPDJ no valor de 4.760€ com a candidatura de apoio anual de financiamento das atividades. Por último a verba Outros Proveitos tem o valor associado de 3.225€, perfazendo assim um total de proveitos no valor de 305.200,98€.

Proseguindo, no que respeita aos custos foram calculados tendo em conta os valores das contas em outubro de 2022, o histórico da associação e contemplando uma atualização global de 4,5% de forma a continuar a haver um controlo de forma evitar derrapagens no orçamento. A destacar a rubrica referente às remunerações com pessoal onde está contemplado a atualização salarial do salário mínimo nacional bem como uma atualização do subsídio de alimentação em 2,26€/dia através do cartão Santander Refeição, de forma a que os colaboradores não descontem esse excedente nas taxas com a Segurança Social e IRS fazendo com que cada um receba mais 47,46€/mensalmente. E o valor das amortizações resulta do histórico da associação. Verificando-se assim um total de gastos de 303.557,96€, permitindo um resultado positivo no valor de 1.643,02€.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal, Luís Quintino, que informou que o parecer é positivo, após análise com suficiente detalhe dos mapas e apesar de considerar improvável o cumprimento dos custos à taxa de 4,5% uma vez que a inflação prevista será superior 5%, acredita contudo que a associação terá muito trabalho em cumprir em um ano tão difícil. Mas dá os parabéns à associação pelo rigor e o equilibrado orçamental pois apresenta um resultado positivo.

A Presidente da Direção, referiu a atualização proposta aos recursos humanos foi tomada com muita consciência, não é a que Direção desejaria, mas não queremos colocar em risco a sustentabilidade financeira da associação. Temos também algumas reservas por isso o orçamento foi realizado com muita prudência e o mais real possível da execução devido às incertezas que existe.

O Presidente da Mesa, voltou a reforçar que a associação no que respeita ao processo de transferência da Ação Social deverá reivindicar e exigir que o município compense em função do trabalho realizado e solicitar mesmo o reforço da verba SAAS. A Associação tem muito trabalho reconhecido junto da comunidade principalmente junto da faixa etária da juventude, como tal mesmos as verbas destinadas às atividades deveriam aumentar, nomeadamente da Semana da Juventude. Mais, a própria associação deverá procurar outras formas de financiamento como muitas vezes já aqui referi com candidaturas novos projetos nacionais ou europeus que tragam mais sustentabilidade. Estamos num ponto sem retorno, está em jogo o futuro da associação, com o aumento das competências, se não se pagam a elas próprias mais vale não a termos.

Foi referido que a situação concreta do SAAS SJM, o excesso de trabalho com elevado número de processos já foi reportado junto dos serviços competentes do município (Presidente, Vereadora da Ação Social e a Chefe de Divisão da Ação Social e Inclusão), de forma a melhorarmos e criarmos melhores condições quer do trabalho técnico quer dos beneficiários que beneficiam do serviço.

Este processo de descentralização deveria originar um serviço mais próximo e de melhor qualidade, mas aqui não está refletido.

Não tendo sido suscitada nenhuma questão, o Presidente da Mesa, passou à votação primeiro do ponto dois do Plano de Ação para 2023 e de seguida à votação do Orçamento Previsional para 2023 com o respetivo Parecer do Conselho Fiscal, tendo sido ambos aprovados por unanimidade pelos presentes.

O Presidente da Mesa, passou para o último ponto da ordem de trabalho, e questionou se

alguém queria usar da palavra.

A Presidente da direção, Ana Rita Pereira, tomou a palavra para dar nota que está agendado o Jantar de 25 anos da associação no dia 24 de fevereiro 2023, já foi solicitado do espaço da Sala dos Fornos, estamos a aguardar resposta se será gratuito ou não. A ideia é celebrar os 25 anos e compensar os 3 anos que não realizamos o nosso Jantar de Solidariedade devido ao tempo COVID-19. Convida os presentes marcarem na sua agenda quer o dia 24 de fevereiro quer o dia 24 de novembro com o Jantar de Solidariedade.

Finalizando o Presidente da Mesa colocou à discussão dos presentes a aprovação de uma minuta da acta com as deliberações apresentadas, para que a associação possa realizar todos procedimentos necessários. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida em voz alta vai ser aprovada pelos elementos que constituíram a mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral:

PAULO CESAR LIMA CAVALEIRO

1º Secretária da Assembleia-Geral:

BELMIRA CARREIRO PEREIRA DE MELO

2º Secretário da Assembleia-Geral:

RICARDO DE BASTOS MATEUS